

19 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal investiga pagamento suspeito a presidente do TRE-SP

Magistrado informou já ter entregue sua defesa prévia e 'documentos comprobatórios' à presidência do tribunal

Alceu Penteado Navarro recebeu em torno de R\$ 400 mil de modo considerado fora do padrão de 2006 a 2010

PLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de São Paulo, desembargador Alceu Penteado Navarro, é um dos investigados pelo Tribunal de Justiça paulista pelo suposto recebimento de verbas atrasadas de forma privilegiada em relação aos colegas de corte.

Os pagamentos feitos ao ex-presidente do TJ desembargador Antonio Carlos Viana Santos, morto em janeiro de 2011, também são alvo da apuração do tribunal.

Por meio de assessoria do TJ, Navarro informou que "a defesa prévia e documentos comprobatórios já foram entregues à presidência do tribunal". A *Folha* não localizou familiares de Santos até o fechamento desta edição.

Navarro, que também é integrante do TJ, recebeu cerca de R\$ 400 mil de uma forma fora do padrão das quitações do tribunal entre 2006 e 2010, segundo a apuração.

Os pagamentos a Navarro, a Santos e a outro ex-presi-

dente do TJ, Roberto Bellocchi —que nega irregularidades—, fazem parte do grupo de cinco casos considerados mais graves pelo tribunal.

Ontem, a corte iniciou a análise do processo sobre os pagamentos suspeitos de violação aos princípios da isonomia e da impessoalidade.

O presidente do TJ, Ivan Sartori, propôs aos colegas a suspensão de pagamentos de atrasados para desembargadores envolvidos no caso.

Porém, os membros do colegiado decidiram avallar a defesa de Navarro e adiar a decisão sobre a interrupção.

Na sessão da corte, desembargadores mostraram indignação com os pagamentos. Outros, pediram calma.

O desembargador Gastão Campos Mello disse que o TJ não poderia ceder a apelos midiáticos. Sartori respondeu que a proposta era resultado da pressão dos colegas informados com os casos.

Contratos do CNJ elevam pressão por mudança

DE BRASÍLIA

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) assinou em 30 de dezembro um contrato de informática de R\$ 6,8 milhões. É mais uma despesa do conselho na área feita no fim de 2011 e que pegou conselheiros de surpresa.

Até ontem, membros do CNJ criticaram a posição de auxiliares ligados ao presidente do órgão, Cezar Peluso, por licitações no mesmo setor, de R\$ 44,9 milhões e de R\$ 8,6 milhões, feitas a toque de caixa e sem trans-

parência, segundo eles.

O novo contrato foi publicado somente ontem no "Diário Oficial da União".

Outra licitação é alvo de polêmica. Também no fim de dezembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto suspendeu a execução de um contrato de R\$ 1,5 milhão para a contratação de serviços de call center após reclamação de uma empresa concorrente, segundo revelou o jornal "O Estado de S. Paulo".

O secretário-geral do CNJ, juiz Fernando Marcondes, disse que os contratos tiveram de ser acelerados, em dezembro, para que os recursos para 2011 fossem utilizados, sem correr o risco de ter que devolvê-los.

FOLHA DE S. PAULO

DÂNIO DE FREITAS

Os cofres de silêncio

Como e por que uma massa
de milhões atravessou
dez anos desconhecida
até surgir por um acaso?

19 JAN 2012

TÃO ESTARRECEDORA quanto os montantes de "movimentações atípicas" no Judiciário, sejam de juízes ou de outros servidores, há uma questão relevante ainda por entrar no debate do caso. Os R\$ 855 milhões movimentados, conforme uma das cifras mais citadas, começa sua misteriosa existência em 2002.

Como e por que a massa de milhões veio desde o governo Fernando Henrique, atravessou 10 anos, desconhecida como um ratinho do Senado, até surgir por um acaso como ele só foi traído por um irresistível pé feminino?

A administração pública é dotada de um Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf — cuja existência é, por si só, um bom sinal da moralidade vigente. Admita-se que essa espécie de raios-X permanente dos bolsos alheios tenha observado as movimentações, lá atrás. E, depois de confrontadas saídas de dinheiro ali e entradas acolá, que essa é a finalidade básica do Coaf, passasse as respectivas informações "a autoridades", como diz seu diretor.

E depois? Depois, desce o mistério que se arrisca a confundir-se com acobertamento e complacência. Se todas as centenas de milhões correspondessem a movimentações legítimas, a omissão de informações públicas seria cabível. Sabe-se, porém, que nem sempre foi e é assim.

O episódio quase recente, por exemplo, de um juiz de alto tribunal que vendeu sentenças resultou em notícias, mas por iniciativa de juízes revoltados com a conduta do colega. Caso se presuma que o Coaf constatará suas "movimentações

atípicas", a dedução é a da inexistência, daí para a frente, de informações que demonstrem ao país a defesa do interesse público e da moralidade do Estado.

É mais uma distância entre o Poder e os cidadãos. Parte do fosso entre a sociedade e a democracia.

MELHOR

Por falar em Judiciário, a essência das modificações propostas no e para o Conselho Nacional de Justiça é um avanço democrático, que só por efeito colateral diminui um outro poder do presidente do CNJ, Cezar Peluso.

Uma comissão de conselheiros, em lugar do presidente, para fiscalizar a transparência dos tribunais regionais é um avanço funcional e democrático. Escolher o secretário-geral do CNJ por eleição pelos conselheiros, idem. Não há motivo para a movimentação típica em torno desse assunto.

19 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça obriga Estado a dar mais tempo extraclasse a professores

Governo paulista terá de reservar 33% do horário para outras atividades, como manda lei nacional

Medida precisa entrar em vigor já neste ano letivo; gestão Alckmin afirma que cumprirá determinação judicial

A Justiça determinou ontem que o governo paulista tem até sábado para aumentar a jornada extraclasse dos professores da rede estadual básica (fundamental e média).

Lei nacional prevê que os professores passem 33% da sua jornada em atividades como preparação de aulas e correção de trabalhos. São Paulo destina apenas 17%.

Em novembro, a Justiça já havia determinado que a alteração fosse feita.

Mas como não foi anunciada até agora pelo governo, a Apeoesp (sindicato dos professores da rede estadual) entrou com novo pedido, para a imediata aplicação.

A distribuição das aulas aos professores ocorrerá na semana que vem.

"Temíamos que o governo postergasse a alteração e não aplicasse a mudança neste ano letivo", afirmou a presidente do sindicato, Maria Izabel Noronha.

Em despacho publicado ontem, a Vara da Fazenda Pública deu 72 horas para a gestão Geraldo Alckmin (PSDB) cumprir a medida.

A Secretaria da Educação afirmou, em nota, que "a regulamentação da jornada de trabalho dos professores será publicada até o final desta semana, portanto antes do início do processo de atribuição de aulas para 2012".

A nota diz que a medida será feita "como já havia sido programado e divulgado desde o ano passado pela Secretaria da Educação".

Anteontem, o chefe de gabinete da secretaria, Fernando Padula, já havia dito que a publicação da medida ocorreria nesta semana.

IMPACTOS

A pasta ainda não divulgou oficialmente quais serão os impactos da medida — que vai exigir contratação de professores ou aumentar a jornada dos atuais docentes.

As possibilidades já analisadas são chamar 16 mil professores já aprovados em concursos, aumentar a jornada de quem já está em atividade e convocar mais temporários. Estudo do Dieese (que faz pesquisas a sindicatos) diz que seriam necessários 65 mil novos professores na rede, caso o governo decidisse não ampliar a jornada dos já ativos. A rede possui hoje cerca de 220 mil professores.

LEI

Apesar de aprovada em 2008, a lei do piso que estabelece a jornada extraclasse foi contestada no Supremo Tribunal Federal. Só no ano passado o tribunal se posicionou, declarando a norma constitucional.

● ● **Temíamos que o governo postergasse a alteração e não aplicasse a mudança neste ano letivo**

MARIA IZABEL NORONHA
presidente da Apeoesp

DECISÕES JUDICIAIS

Em novembro
> Justiça de SP determina que o Estado amplie a jornada, a partir da ação de sindicato dos professores

> Governo afirma que vai cumprir a decisão, mas não implanta ações concretas

Ontem

> Em nova decisão, Justiça determina que governo amplie a jornada extraclasse no prazo de 72 horas

CONTINUA

19 JAN 2012

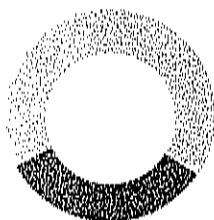
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

JORNADA EXTRACLASSE

Justiça manda governo de SP cumprir lei federal

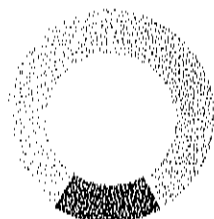
O QUE DIZ A LEI



33% da jornada dos professores deve ser cumprida fora da sala de aula, segundo a lei nacional do piso sancionada em 2008

O objetivo é que os docentes tenham tempo para preparar aulas e corrigir trabalhos, por exemplo

O QUE A REDE ESTADUAL FAZ



17% da jornada dos professores do Estado de São Paulo é feita extraclasse

19 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Acusados de matar deputada dizem que foram torturados

Suspeitos afirmam que sofreram agressões para apontar Talvane Albuquerque como o mandante do assassinato

Julgamento terminaria na madrugada de hoje; Ceci Cunha foi morta em 1998, após assumir mandato na Câmara

PETRÔNIO VIANA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
DE MACEIÓ

No último dia do julgamento dos réus acusados de assassinar, em 1998, a deputada federal Ceci Cunha (PSDB-AL), os advogados de defesa afirmaram que seus clientes foram torturados pela Polícia Federal para confessar o crime e apontar o ex-deputado Talvane Albuquerque (ex-PTN) como mandante.

O julgamento, que começou na segunda-feira, estava previsto para terminar no início da madrugada de hoje.

Talvane foi denunciado pelo Ministério Público Federal sob acusação de ter mandado matar Ceci Cunha para ocupar a vaga dela na Câmara dos Deputados.

Além dele, foram julgados outras quatro pessoas acusadas de ter executado o crime. Cada um poderia ser condenado a até 120 anos de prisão.

Ceci foi morta a tiros na casa de sua irmã, em Maceió, horas depois de ser diplomada deputada pela Justiça Eleitoral, em dezembro de 1998. Além dela, morreram na chacina seu marido, um cunhado e a mãe dele.

EX-GOVERNADOR

Ontem, os advogados de Talvane voltaram a dizer que a Procuradoria nunca investigou outras hipóteses para o crime e disseram que o assassinato foi planejado pelo pistoleiro conhecido como "Chapéu de Couro" e pelo ex-governador de Alagoas Manoel Gomes de Barros.

A versão dos advogados tem como base o depoimento do policial civil Robson Rui —registrado três anos depois do crime.

Segundo o policial, o ex-governador teria pago R\$ 300 mil a pistoleiros para matar

Ceci Cunha.

O suposto motivo seria o fato de a então deputada ter abandonado a chapa de Gomes de Barros na eleição para o governo do Estado em 1998 mesmo depois de ter supostamente recebido dinheiro do ex-governador.

À *Folha* o ex-governador afirmou que as acusações feitas por Talvane e sua defesa seriam "desespero de quem está na iminência de uma condenação enorme."

Em sua exposição durante o julgamento, o procurador da República Rodrigo Tenório reafirmou ontem que Talvane foi o mandante do crime, com o objetivo de assumir a vaga de Ceci.

Com base em quebra de sigilos telefônicos, a Procuradoria vinculou Talvane aos réus que são acusados de ter executado a chacina.

Os sete jurados começariam a debater o veredito a partir das 20h30, no horário de Brasília, e teriam até quatro horas para chegar a uma decisão.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 JAN 2012

ENTENDA O CASO CECI CUNHA

Processo transitou entre as Justiças estadual e federal nos últimos 13 anos



O CRIME

Após ser diplomada para o segundo mandato, em dezembro de 1998, a deputada federal Ceci Cunha (PSDB-AL) foi assassinada em Maceió, numa chacina que matou também o marido dela, o cunhado e a sogra



A ACUSAÇÃO

O então suplente Talvane Albuquerque (ex-PTN) é acusado de encomendar a morte da deputada para assumir a vaga dela na Câmara dos Deputados



A DEFESA

Talvane nega participação no crime, diz que as acusações são "apenas ilações" e que não existem provas que o vinculem ao assassinato



O JULGAMENTO

Na segunda-feira, os cinco acusados de participar do crime começaram a ser julgados pelo tribunal do júri da Justiça Federal em Alagoas

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena Rafinha Bastos por piada 19 JAN 2012

Indenização a Wanessa e família foi fixada em
quase R\$ 20 mil; humorista irá recorrer

A Justiça de São Paulo condenou o humorista Rafinha Bastos a indenizar, por danos morais, a cantora Wanessa Camargo, seu marido, Marcus Buaiz, e o filho deles, nascido neste mês, em cerca de R\$ 20 mil por uma piada.

Em setembro passado, Rafinha afirmou na bancada do programa "CQC", da Band, que "comeria ela [Wanessa, então grávida] e o bebê". Após a declaração, que gerou reclamações de anunciantes, ele foi afastado da atração.

A decisão do juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, da 18ª Vara Cível de São Paulo, foi publicada ontem no "Diário Oficial".

Procurado pela reportagem, Rafinha não quis comentar a sentença judicial. Sua advogada, Thais Colli, afirmou que irá recorrer da sentença nos próximos dias, mas preferiu não comentá-la.

Em sua decisão, o magistrado afirma que "humor é algo mui diferente da violenta expressão atirada contra" Wanessa e sua família.

Ainda segundo o juiz, por causa de sua "distorcida ótica", o "gesto pretensamente humorístico" do comediante atingiu até mesmo o bebê.

Em sua defesa, Rafinha declarou à Justiça que "o direito ao humor constitui dignidade constitucional, sob pena de incidir em censura" e que a piada não deveria ser levada ao pé da letra. O argumento foi rejeitado pelo juiz.

"Fico confortado em ver reconhecido o direito dos pais e do nascituro [pessoa que ainda vai nascer], que pode sim sofrer uma ofensa", disse o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira, que representa Wanessa e sua família.

Ele ainda não decidiu se pedirá um aumento do valor da indenização. Wanessa não comentará o caso, segundo sua assessoria de imprensa.

Em seu perfil no microblog Twitter, o comediante afirmou ontem que estava ocupado "juntando moedas".

Já o sucessor de Rafinha no CQC, Maurício Meirelles, ironizou a sentença judicial em sua página no Twitter.

"Como saiu rápida essa decisão judicial do caso Rafinha. Sugiro a quem está há anos esperando seus processos na Justiça: conte uma piada", escreveu o humorista.

Para o cassetete Marcelo Madureira, a declaração de Rafinha foi "só uma piada".

"Eu gostaria é que a Justiça do Brasil se preocupasse em julgar e condenar a quadrilha do mensalão, que causou diversos danos ao país", disse Madureira à **Folha**.

Além da ação cível, Wanessa e o marido também abriram uma ação criminal contra o humorista. Ainda não houve decisão final sobre o esse processo.

19 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Trabalhador demitido antes de lei de aviso prévio ganha ação

Empresa pode recorrer; nova legislação, que estende benefício, foi sancionada em 2011

A Justiça do Trabalho em São Paulo concedeu pela primeira vez a um trabalhador ganho de causa referente ao pedido de aviso prévio proporcional, fixado pela lei 12.506, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 2011. A legislação garante o direito do empregado com mais de um ano de registro em carteira na mesma empresa a até 90 dias de aviso prévio, sendo somados três dias por ano trabalhado.

O trabalhador que entrou com a ação foi demitido antes de a nova lei entrar em vigor. A decisão é do juiz Carlos Alberto Monteiro da Fonseca, da 51ª Vara, em audiência realizada na segunda-feira passada.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes orientou trabalhadores demitidos antes da nova lei a reivindicar esse direito, previsto desde a Constituição Federal de 1988. Segundo o sindicato, cerca de 2.000 ações estão sendo distribuídas na Justiça do Trabalho.

"Entendo assistir razão ao autor em sua tese de que o aviso prévio deve ser fixado proporcionalmente ao tempo de serviço, como determina a Constituição Federal. À falta de norma regulamentadora específica à época da dispensa, adoto o critério fixado pela lei 12.506/2011, como requerido (...). Defiro, também, os reflexos pedidos e os honorários assistenciais", escreve o juiz na sentença.

Foi determinado que a empresa pagasse R\$ 269,73, referentes aos seis dias adicionais de aviso prévio a que o ex-empregado Anderson Aparecido Teodoro tem direito pelos dois anos e 28 dias trabalhados com registro em carteira. Ainda cabe recurso.

19 JAN 2012

GAZETA DO POVO

FICHA LIMPA

TJ deixa inelegíveis 4 dos 15 vereadores de Maringá

Juntamente com outros
5 ex-parlamentares
municipais, eles
praticaram nepotismo.
Vinte e dois parentes
havia sido
contratados

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) condenou quatro dos quinze vereadores da Câmara de Maringá e outros cinco ex-parlamentares municipais da cidade por nepotismo. A prática de contratação de parentes para cargos públicos é proibido pela Súmula n.º 13 do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão, tomada na terça-feira, torna os nove inelegíveis, segundo a Lei da Ficha Limpa.

Com isso, caso não consigam reverter a condenação no Superior Tribunal de Justiça (STJ), os nove não poderão concorrer nas eleições de outubro. Outra possibilidade seria o STF invalidar a Lei da Ficha Limpa, pois há uma ação tramitando no Supremo que pede a invalidação da legislação. A maioria dos vereadores e ex-vereadores afirmou à reportagem que vai recorrer da decisão.

Os nove vereadores e ex-parlamentares municipais foram considerados responsáveis pela contratação de 22 parentes em

2006, época em que a ação foi movida pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público (MP). A condenação do TJ confirmou a decisão da primeira instância, proferida pela 2.ª Vara Cível de Maringá em abril de 2010.

Foram condenados os vereadores Aparecido Domingos Regini, o "Zebrão" (PP); Belino Bravin (PP); João Alves Correa, o "John" (PMDB); e Marly Martin (PPL). Também estão inelegíveis o atual diretor do Procon de Maringá Dorival Dias (ex-vereador); o secretário municipal de Esportes, Edith Dias (ex-parlamentar); Altamir Antonio dos Santos, Chico Caiana e Odair Fogueteiro.

De acordo com sentença, os nove não poderão firmar contratos com o poder público e terão de devolver todo o dinheiro pago aos seus parentes. Também deverão pagar multa equivalente a dez vezes o valor da última remuneração recebida no cargo de vereador. Além disso, os condenados terão os direitos políticos suspensos e aqueles que ainda ocupam cargo público terão de ser exonerados da função.

19 JAN 2012

GAZETA DO POVO

A Associação dos Assessores Jurídicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná – ASSEJUR, a propósito do término do exercício do doutor *José Aluísio Guimarães* no cargo de Secretário do Tribunal de Justiça, vem a público manifestar sua homenagem pela histórica contribuição prestada por seu associado no desempenho de suas funções.

A par da conduta funcional exemplar, colaborou com sua reconhecida capacidade de agregação e articulação para a harmonização de interesses e para as recentes conquistas alcançadas pela magistratura e pelo funcionalismo perante o Tribunal.

Conseguiu na prática tornar factível muitas das aspirações desta Associação e que devem ser espelho a todos os assessores jurídicos no intuito de sempre contribuir ao engrandecimento do Judiciário paranaense.

Curitiba, 18 de janeiro de 2012.

Luiz Antonio Zeni Trevisan

Presidente

GAZETA DO POVO

BESSA 19 JAN 2012

A Amapar promove, às 19 h, no 2º andar do prédio anexo do TJ, entrega da Comenda do Mérito para o presidente do TJPR, Miguel Kfourri Neto, o corregedor-geral, Noeval de Quadros, e a professora Chloris Elaine Justen de Oliveira.

GAZETA DO POVO

ACUSAÇÃO FORMAL

19 JAN 2012

Ministério Público denuncia
ex-diretores do Sindimoc por
formação de quadrilha

MP denuncia ex-diretores do Sindimoc por desvio de R\$ 8 mi

Vereador Denilson
Pires e outras cinco
pessoas são acusados
de formação de
quadrilha

Heliberton Cesca

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP) do Paraná, denunciou à Justiça seis pessoas por formação de quadrilha, acusadas de desviar R\$ 8,1 milhões do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) entre 2006 e 2010. Um dos acusados é o vereador de Curitiba, Denilson Pires (DEM), que foi presidente do sindicato por 12 anos. Ao todo, nove pessoas são acusadas pelo MP, cinco delas por falso testemunho.

Segundo a denúncia, ex-diretores e funcionários do Sindimoc organizaram-se para desviar dinheiro do sindicato. Uma auditoria realizada pelos promotores comprovaria a retirada ilegal de dinheiro arrecadado junto aos trabalhadores do transporte coletivo de Curitiba e região. Para o Gaeco, o grupo teria usado o



Denilson Pires diz que agora terá a chance de se defender das acusações.

dinheiro para despesas com manutenção e abastecimento de veículos particulares, em lojas de conveniência (com notas fiscais inexistentes), assessoria jurídica, cirurgia particular, despesas com alimentação (sem comprovação), pagamentos de contas pessoais e adiantamentos, além da não contabilização de receitas.

Para os promotores, os desvios de dinheiro aconteceram até agosto de 2010, quando Denilson Pires, Valdenir Dielle Dias (ex-advogado do Sindimoc), Valdecir Bolete (ex-diretor financeiro) e Márcio Ramos (funcionário da sede social) foram presos durante a Operação Waterfront, do Gaeco.

Na época, eles chegaram a ficar cinco dias detidos.

Os quatro e mais a então tesoureira do sindicato Ana Bíbia Grein e o ex-primeiro secretário João Carlos da Rosa foram acusados de formação de quadrilha. Os que foram presos em 2010 também deverão responder por peculato. Ramos, Rosa, Pedro Paulo de Macedo da Costa Lino (ex-chefe de gabinete do vereador), Nereide de Fátima Butinhoni (assessora do ex-presidente) e o cartorário Denis Kadri Jorge foram denunciados por falso testemunho.

Consciência tranquila

Pires disse que não está preocupado com a oferta de denúncia pelo MP à Justiça. Segundo ele, agora terá a chance de se defender das acusações, o que não teria sido possível durante a investigação do Gaeco. "Eu tenho consciência tranquila. Agora é o momento de entrar com nossa defesa porque até agora não tivemos como nos defender. Vamos provar nossa inocência", afirmou. "O sindicato funcionava em uma casinha alugada quando a nossa gestão entrou e entregamos com mais de R\$ 13 milhões de patrimônio e sem dívidas", disse Pires, que reconhece que o episódio pode ter reflexo na sua carreira política. Os demais citados pelo MP não foram encontrados pela reportagem.

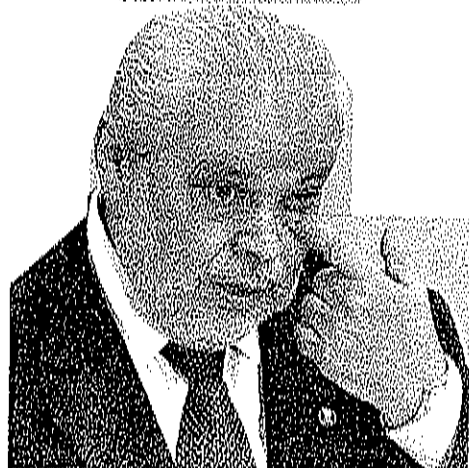
GAZETA DO POVO

PINGA-FOGO

"É preciso afastar essa ideia de que é preciso investigar toda a magistratura, que isso está permeado de pessoas desonestas."

Nelson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), criticando a investigação de juízes pelo CNJ.

19 JAN 2012



COLUNA DOS LEITORES

Magistrados 1

Esta equiparação salarial dos magistrados com os parlamentares é uma afronta aos trabalhadores em geral (Gazeta, 17/1). O Judiciário hoje trabalha mais em causa própria do que nas atividades em que deveria atuar. Vivemos em um país democrata, onde as oportunidades deveriam ser para todos, onde a diferença entre o maior salário e o menor não seja um abismo sem fim. O Judiciário do Brasil quer se igualar a outra casta da sociedade não menos criticada pela opinião pública. Realmente, se existe justiça, o Judiciário do Brasil deveria utilizar outro nome.

Ricardo Ritter Von Jelita, analista de sistemas

Magistrados 2

Sou favorável à equiparação porque isto está na Constituição. São integrantes de Poderes da República. Obedeçam à Constituição ou rasguem a Carta Constitucional.

Paulo Lima

DORA KRAMER

Venha a nós

Na entrevista do ministro do Tribunal Superior do Trabalho e ex-integrante do Conselho Nacional de Justiça, Ives Gandra Filho, publicada na edição de domingo do jornal O Estado de S. Paulo, sobre a pressão de juízes contra a criação de critérios bem definidos para o pagamento de pagamentos acumulados a magistrados, um trecho mostra a amplitude dos lobbies.

É o relato sobre a situação encontrada pelo CNJ no Tribunal de Justiça de Mato Grosso: "A presidência era dominada por maçons, havia uma cooperativa ligada à maçonaria. Vários magistrados receberam [alguns R\$ 1,5 milhão] para emprestar à loja".

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA ELEITORAL

19 JAN 2012

Eleitores aguardam até 5 horas para fazer recadastramento

Os eleitores de Curitiba que deixaram para fazer nesta semana o recadastramento do título de eleitor enfrentaram longas filas e precisaram esperar até 5 horas ontem para serem atendidos na Central de Atendimento ao Eleitor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Ontem, ao longo do dia, o fim da fila para entrar na central estava perto da Avenida Marechal Floriano Peixoto, a cerca de 100 metros do portão de entrada.

A longa espera é devida ao fato de não ser mais possível ao eleitor de Curitiba marcar com antecedência, pela internet, o dia e o horário em que prefere ser atendido para o recadastramento biométrico. Isso porque o sistema do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná chegou ao limite, após registrar, no início da tarde de terça-feira o agendamento de 5 mil pessoas por dia até amanhã, prazo final para fazer o recadastramento eleitoral.

A central de atendimento ultrapassou ontem a marca de 1 milhão de títulos de eleitor recadastrados em Curitiba desde março do ano passado, quando o procedimento começou. Além disso, o número total de atendimentos foi recorde, com 12.854 atendimentos ao longo do dia — quase mil a mais que o recorde anterior.

Foram feitas, precisamente, 1.002.589 revisões eleitores até ontem. Com isso, faltam 2.624 recadastramentos para que o TRE atinja a meta mínima de 80% de revisões. A meta, que, em Curitiba, equivale a

1.005.213 votantes, é uma exigência do Tribunal Superior Eleitoral para confirmar que a capital paranaense utilizará a identificação biométrica — por meio da impressão digital — nas eleições municipais deste ano.

O assessor de imprensa do TRE-PR, Marden Machado, acredita que a meta deve ser atingida na manhã de hoje.

O tribunal já atendeu ao todo 1,1 milhão de pessoas. A diferença entre o total de atendimento e o número de revisões é explicado pela transferência de domicílio do título de eleitor e o acréscimo de novos eleitores.

Arrependimento

A advogada Lorena Schluga, que enfrentou a longa espera ontem para fazer o recadastramento, disse que ficou "muito arrependida" de não ter ido fazer a atualização do título antes. Ela chegou ao TRE às 10h20 e saiu de lá, com o título recadastrado, somente às 15h30. "Quando eu perguntei quanto tempo levaria, me disseram três horas. E já eu achei que fosse muito", lamentou Lorena.

SERVIÇO:

A Central de Atendimento do Tribunal Regional Eleitoral funciona das 8 horas às 18h30. É preciso levar um documento oficial de identidade com foto e título de eleitor, além de um comprovante de residência. Só serão aceitos os documentos originais. A central do tribunal fica na Rua João Paolin, 55, Prada Velha, Curitiba. Os telefones para tirar dúvidas são: (41) 3330-8674 e (41) 3330-8673. 144 estacionamentos próprios e gratuitos no local.

GAZETA DO POVO

CASO TIGRE

19 JAN 2012

Policiais do PR devem ser soltos amanhã

Os três investigadores paranaenses do grupo Tigre (Fático Integrado de Grupos de Repressão Especial) envolvidos na morte de um sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul devem ser soltos amanhã. De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, eles retornariam de Porto Alegre na tarde de ontem, após participarem da reconstrução do crime durante a madrugada. Os três policiais estavam presos preventivamente desde o dia 21 de dezembro do ano passado, por determinação da Justiça do Rio Grande do Sul. Segundo a Sesp-PR e a Polícia Civil do Paraná, o período de prisão termina nesta quinta e eles deverão ser liberados na sexta.

Reconstituição

A reconstrução contou com a participação dos três policiais paranaenses e de mais 60 agentes gaúchos, que simularam a ação que resultou na morte do sargento Ariel da Silva. Ainda na terça-feira, um laudo do Instituto Médico Legal do Rio Grande do Sul revelou que Silva estava alcoolizado, com 13,1 decigramas de álcool por litro de sangue, quando foi morto. Os policiais paranaenses são acusados de matar o sargento quando investigavam o sequestro do agricultor Lúrio Persch.

CURITIBA

MP cobra explicações sobre Setran

A Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba abriu investigação para apurar a legalidade do aproveitamento de 389 agentes de trânsito da antiga Diretran para a recém-criada secretaria de Trânsito de Curitiba (Setran). Um pedido de informações foi enviado pelo promotor Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca à prefeitura de Curitiba, que tem 20 dias para responder. O promotor disse que a intenção é fazer a nova secretaria explicar "a dispensa de concurso público para a contratação dos agentes." Para ele, é necessário deixar claro o "aproveitamento de funcionários celetistas de sociedade de economia mista pela secretaria recém-criada".

FOLHA DE LONDRINA

Pagamento

é 'descalabro',

afirma 19 JAN 2012

desembargador

Declaração foi dada durante
análise dos polêmicos
desembolsos a magistrados do
Tribunal de Justiça de São Paulo

São Paulo - O desembargador Walter de Almeida Guilherme, que integra o órgão especial do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo, classificou ontem de "descalabro" pagamentos antecipados a magistrados "sem justificativa plausível". O desabafo de Guilherme ocorreu durante a etapa administrativa da primeira sessão no ano do órgão especial da corte. Os 25 desembargadores do colegiado deram início à análise dos polêmicos procedimentos sobre desembolsos a cinco colegas que receberam valores superiores a R\$ 600 mil no período entre 2008 e 2010.

A discussão foi retirada de pauta sob alegação de que, por causa das férias, a composição permanente do órgão está desfalcada e porque nem todos os contemplados apresentaram defesa. Os pagamentos milionários são alvo de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entidades da classe da loge se rebelam ao conselho. Centenas de magistrados pleitearam nos últimos anos verbas que lhes são devidas

por férias não cumpridas, equiparações e fator de atualização monetária, mas apenas um grupo seletivo recebeu. O clima na corte é tenso.

O presidente do TJ, desembargador Ivan Sartori, disse que "a questão merece atenção imediata não pelas notícias veiculadas pela mídia e sim pela pressão dos próprios colegas". Vinte e nove magistrados receberam verbas milionárias, entre eles o ex-presidente do TJ, desembargador Roberto Vallim Bellocchi. Ele ficou com R\$ 1,6 milhão. Afirma ter recebido "pouco mais de R\$ 500 mil". O privilégio do qual poucos desfrutaram revoltou a grande maioria dos juizes que recebem seus créditos em longas parcelas mensais.

Na sessão de ontem seriam examinados os primeiros cinco casos, dos que receberam acima de R\$ 600 mil. O presidente do TJ consultou seus pares sobre instauração de procedimento

cautelares ou se era o caso de se aguardar a defesa de cada um. O desembargador

Luiz Pantaleão votou pela aprovação de medida cautelar e outros dois, Campos Mello e Cauduro Padim, pela abertura da defesa prévia para providências posteriores. Por deliberação da maioria a questão foi retirada de pauta.

"O erário e a sociedade não são prejudicados porque os créditos são devidos, mas essa situação é muito desgastante para todos nós", assinala Walter Guilherme, veterano do TJ e reconhecido por sua atuação como presidente do Tribunal Regional Eleitoral, cargo que ocupou entre 2007 e 2011. "A quebra de isonomia é um absurdo", avalia. "Todos recebendo normalmente, vem alguém e recebe muito mais. É preciso que seja justificado. Existem casos justificáveis, vamos ver as justificativas. É isso que precisamos saber. Certamente têm os casos justificáveis e pode ter os não justificáveis. Se não houve justificativa é descabido, inaceitável." "Temos que examinar caso a caso, pode ser que alguém tenha precisado, por doença grave na família", pondera.

Guilherme relata que existia uma boataria muito grande sobre pagamentos antecipados. "A gente sabia que existia, mas não sabia quantos e nem quem eram os favorecidos. Ouvia-se muito, sobre valores díspares."

**Cinco receberam
mais de
R\$ 600 mil entre
2008 e 2010**

19 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

DORA KRAMER

Venha a nós

Na entrevista do ministro do Tribunal Superior do Trabalho e ex-integrante do Conselho Nacional de Justiça, Ives Gandra Filho, publicada na edição de domingo do Estado, sobre a pressão de juízes contra a criação de critérios bem definidos para o pagamento de pagamentos acumulados a magistrados, um trecho mostra a amplitude dos lobbies.

É o relato sobre a situação encontrada pelo CNJ no Tribunal de Justiça de Mato Grosso: "A presidência era dominada por maçons, havia uma cooperativa ligada à maçonaria. Vários magistrados receberam (alguns R\$ 1,5 milhão) para emprestar à loja".

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia parlamentar por desvio de R\$ 8 milhões de sindicato 19 JAN 2012

Curitiba - O Ministério Público (MP) do Paraná denunciou nove pessoas por participação no desvio de dinheiro do Sindicato dos Motoristas e Cobradores das Empresas de Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc). Entre os denunciados está o atual vereador de Curitiba pelo DEM Denilson Pires, ex-presidente do Sindimoc. A denúncia oferecida no início do mês, mas divulgada somente ontem, dá conta de um rombo de mais de R\$ 8 milhões nos cofres da entidade, que desde 2010 é investigada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do MP.

Segundo a denúncia, os desvios teriam ocorrido até agosto de 2010, quando foram cumpridos mandados de prisão temporária contra o vereador Denilson Pires, Valdenir Dias (advogado do sindicato), Valdecir Bolete (ex-diretor financeiro) e Márcio Ramos (funcionário da sede social do Sindimoc). Os quatro vão responder por peculato e também são acusados por formação de quadrilha junto com Ana Ilíbia Grein (ex-tesoureira) e João Carlos da Rosa (primeiro secretário e diretor). Márcio Ramos e João Carlos da Rosa,

além de Pedro Paulo de Macedo da Costa Lima (chefe de gabinete de Denilson), Nereide de Fátima Butinhoni (assessora do ex-presidente) e Denis Kadri Jorge (cartorário) também foram denunciados por falso testemunho.

Também segundo o MP, entre 2006 e 2010, o presidente, o advogado, o diretor financeiro e a tesoureira teriam participado do desvio de mais de R\$ 8 milhões de receitas não contabilizadas. "O montante foi empregado em benefício próprio da quadrilha, em despesas que vão de abastecimento e manutenção de veículos particulares, cirurgias, contas pessoais e adiantamentos", informou o MP em nota. O vereador Denilson Pires não foi encontrado para comentar as denúncias.

O atual presidente do Sindimoc, Anderson Teixeira, informou que vai pedir reparação financeira na Justiça.

FOLHA DE LONDRINA

MPF-SP apura 19 JAN 2012

violação aos direitos da mulher no BBB12

São Paulo -- O Ministério Público Federal em São Paulo abriu ontem procedimento para apurar a violação aos direitos da mulher no reality show Big Brother Brasil (BBB), da TV Globo. O objetivo da investigação é exigir esclarecimento da emissora ao público sobre os fatos ocorridos no último domingo (15).

A natureza da investigação do MPF é cível e não de natureza criminal, pois o possível crime ocorrido no estúdio em que é gravado o programa já é objeto de apuração da Polícia Civil e do Ministério Público do Estado do Rio e visa garantir, principalmente, o respeito aos direitos da mulher.

O objetivo do procedimento é que a Rede Globo não contribua para o processo de estigmatização da mulher, mas para a promoção do respeito à mulher e a desconstrução de ideias que estabelecem papéis estereotipados para o homem e a mulher, conforme prevê a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).

Uma das possíveis linhas de trabalho do MPF é exigir da emissora a publicação de esclarecimentos no BBB sobre os direitos das mulheres, de forma semelhante à atuação da instituição no caso do BBB 10, quando o MPF exigiu da Globo um esclarecimento sobre as formas de transmissão da Aids.

Outro questionamento que o MPF fará é sobre a forma como a Rede Globo informou o público a respeito dos fatos ocorridos na casa. Segundo a emissora, o participante Daniel teria sido expulso por "comportamento inadequado", mas a grande parcela do público que não tem pay-per-view e não viu as cenas ocorridas no último final de semana entre ele e a participante Monique, nem acompanha o debate em torno do assunto nas redes sociais, ficou sem saber em que contexto o "comportamento inadequado" ocorreu.

MILITÃO

A culpa no caso BBB-12

Para o advogado criminalista Antonio Carlos de Andrade Vianna, "o caso envolvendo participantes do Big Brother Brasil 2012 está mesmo na boca do povo e, por mim, se pudesse escolher alguém para mandar ao paredão, mandaria o programa inteiro". E disse mais: "A questão da investigação policial na suspeita de estupro é duvidosa, tendo em vista que a própria participante, envolvida no caso, afirmou que o que se deu (seja lá o que for) foi consentido. Aí é que a porca torce o rabo. Para a polícia, o consentimento da moça ofendida não vale porque ela estaria em total estado de embriaguez alcoólica, ou seja, estaria em condição de vulnerabilidade. Seja qual for o desfecho, o caso deve demandar muita briga jurídica nos Tribunais". E prosseguiu Andrade Vianna: "Mas uma coisa é certa: a Rede Globo, produtora do programa, não vai escapar da responsabilidade pelo seguinte: A) - incentivou o pessoal a se embriagar deliberadamente para provocar confusão entre os participantes, ao servir bebida alcoólica e energéticos, objetivando aumentar a audiência; B) - e porque ela deveria ter interrompido o depois propalado estupro, ao perceber que a moça estava desmaiada e que se tratava de abuso sexual, devendo, por isso, interromper as transmissões do ato".

19 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal de Justiça pagou R\$ 122 milhões em precatórios

O Tribunal de Justiça do Paraná viabilizou no ano de 2011 o pagamento de aproximadamente R\$ 122 milhões a 2.788 credores com mais de 60 anos de idade e a 35 pessoas com doenças graves. Tais pagamentos foram liberados em dez listas, divulgadas ao longo do ano, de acordo com os depósitos feitos pelo Estado, municípios e autarquias. Em outros 51 precatórios, foram pagos cerca de R\$ 137 milhões. Consultas acerca dos valores dos precatórios podem ser efetuadas no portal do TJ, clicando em "consultas", depois em "precatórios".

Na Central de Precatórios do TJ trabalham 34 servidores e estagiários, entre os quais contadores especializados, que têm a incumbência de conferir cálculos e a regularidade das requisições de pagamento. Ainda há pendentes de quitação mais de R\$ 5,5 bilhões em precatórios. Destes, R\$ 160 milhões são da responsabilidade de municípios do Paraná – o restante representa dívidas contraídas pelo Estado, ao longo dos anos.

19 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP-PR denuncia acusados de desvio de dinheiro do Sindimoc

O Ministério Público do Paraná, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), denunciou à Justiça, neste mês, ex-diretores e funcionários vinculados ao Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Curitiba e Região Metropolitana, além de um cartorário acusado de ter elaborado escrituras com declarações falsas.

O vereador e ex-presidente do Sindicato, Denilson Pires da Silva, o advogado do Sindimoc, Valdenir Dielle Dias, o ex-diretor financeiro, Valdecir Bolete, a então tesoureira, Ana Ilíbia Grein, o funcionário da sede social, Márcio Ramos, e o primeiro secretário e diretor, João Carlos da Rosa, foram acusados de formação de quadrilha. Os quatro primeiros também deverão responder por peculato. Márcio Ramos e João Carlos da Rosa, e, ainda, Pedro Paulo de Macedo da Costa

Lino, que era chefe do gabinete de Denilson Pires da Silva, Nereide de Fátima Butinholi, assessora do ex-presidente, e o cartorário Denis Kadri Jorge foram denunciados por falso testemunho.

De acordo com a denúncia, os desvios teriam ocorrido até agosto de 2010, quando foram cumpridos mandados de prisão temporária contra Denilson Pires da Silva, Valdenir Dielle Dias, Valdecir Bolete e Márcio Ramos.

O documento narra que entre 2006 e 2010, o presidente, o advogado, o diretor financeiro e a tesoureira teriam participado de um desvio de mais de 8 milhões (R\$ 8.125.643,85) pertencentes à entidade. Conforme auditoria realizada, os valores teriam sido gastos em despesas com manutenção e abastecimento de veículos particulares, em lojas de conveniência, com notas fiscais inexistentes,

assessoria jurídica, cirurgia particular, despesas com alimentação sem comprovação, pagamentos de contas pessoais e adiantamentos, além da não contabilização de receitas.

Entre janeiro e fevereiro de 2011, Márcio e Nereide Ramos, João Carlos da Rosa e Pedro Paulo de Macedo da Costa Lino teriam prometido a duas pessoas cargos em outro sindicato (SINMOTUR), além de ajuda financeira a um deles, para que mudassem declarações feitas à Procuradoria do Trabalho, a fim de favorecer o advogado, o presidente, o diretor financeiro, a tesoureira, o funcionário da sede social e o primeiro secretário em futura ação penal. As novas declarações foram lavradas em um tabelionato, perante o escrivão Denis Kadri Jorge. Segundo o MP, o cartorário tinha pleno conhecimento de que a declaração era falsa.

19 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Auditor fiscal acusado de crime tributário ajuíza reclamação

A defesa do auditor fiscal de tributos do estado de Rondônia ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Reclamação (RCL) 13181, em que pede a suspensão, em caráter liminar, de decisão da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho, que rejeitou o pedido de nulidade da Ação Penal a que ele responde sob a acusação de crime contra a ordem tributária.

Segundo a defesa, a decisão questionada contrariou a Súmula Vinculante nº 24 do Supremo, pois "para que ocorra o pagamento ou sua exigibilidade é necessário o prévio lançamento definitivo do crédito tributário".

A Súmula Vinculante nº 24 exige para a tipificação do delito ma-

terial contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, incisos I a IV da Lei 8.137/90, "o esgotamento da esfera administrativa para apuração do prejuízo causado ao fisco pelo réu".

O advogado sustenta na Reclamação que o tributo, que é uma obrigação de pagar determinada quantia ao fisco, somente passa a existir juridicamente após o lançamento - ato que cria a obrigação jurídica. Assim "inexistindo lançamento, não há falar em tributo" e os crimes materiais contra a ordem tributária não se tipificam se não houver resultado. Isto é, "o prejuízo causado nos cofres públicos apurado em processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa".

MURÁ

SISTEMA PENITENCIÁRIO RECEBE 27,5 MIL LIVROS DA BASE EDITORIAL

Os 27.577 livros didáticos doados em dezembro último pela Base Editorial à Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos estão sendo distribuídos desde segunda-feira para as 24 unidades penais do Estado. O material destina-se à educação formal (ensinos fundamental e médio) de aproximadamente 15 mil apenados. Os livros foram entregues pelo editor Renato Adur à secretária Maria Tereza Uille Gomes. Foram doados livros de português, história, geografia, ciências, história e geografia integradas, e obras da coleção Caminhos (interdisciplinar). A distribuição está sendo feita pela Escola de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria da Justiça, responsável pelo Programa de Escolarização de Presos.

19 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DPU pede aplicação do princípio para estelionato

A Defensoria Pública da União quer que o Supremo Tribunal Federal sinalize que se aplica o princípio da insignificância ao crime de estelionato praticado contra entidade de Direito Público. O Superior Tribunal de Justiça entende que não cabe a aplicação do princípio da bagatela para esses casos. A DPU entrou com Habeas Corpus no STF em favor de um condenado pelo crime de estelionato contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo a denúncia, o homem foi condenado pela Justiça Federal por ter recebido indevidamente benefício previdenciário concedido a pessoa de quem era procurador, após seu falecimento, no valor de R\$ 4 mil. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul) reformou a condenação ao aplicar o princípio da insignificância, em razão da Lei 10.522/2002, que, em seu artigo 20, prevê o não ajuizamento de execuções fiscais em débitos de até R\$ 10 mil com a consequente absolvição do réu.

De acordo com a defesa, o STJ

reformou a decisão do TRF-3, alegando entendimento já consolidado naquela Corte de que não se aplica o princípio da insignificância ao crime de estelionato cometido em detrimento de entidade de Direito Público.

No pedido ao STF, o defensor ressalta que o homem está sofrendo "constrangimento ilegal por não lhe ser concedida a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito". Sustenta que ele é réu primário, tem bons antecedentes, é trabalhador e passava por "sérias dificuldades à época do ocorrido".

A Defensoria registra ainda que no caso faz-se necessário a aplicação "de um dos mais importantes princípios do Direito Penal que é o in dubio pro reo", ou seja, se há dúvida, a decisão deve ser favorável ao réu. O defensor pediu a concessão de medida liminar para suspender os efeitos do acórdão do STJ até o julgamento em definitivo do Habeas Corpus. No mérito, pede a confirmação da liminar

Justiça Plena monitora 70 processos

Processos de grande repercussão, como o caso Ceci Cunha, têm manchado a imagem do Brasil por causa da lentidão da Justiça. O assassinato da deputada Ceci Cunha, e de seus familiares, por exemplo, ocorreu em 1998, mas só agora, os suspeitos estão sendo julgados (o júri começou na segunda-feira, 16/1). Para apressar o julgamento desses casos, a Corregedoria Nacional de Justiça instituiu o programa Justiça Plena que já acompanha o andamento de 70 processos.

"Para a imagem do Brasil, isso é de importância fundamental", afirma a ministra Eliana Calmon, corregedora Nacional de Justiça. Frequentemente, o Brasil é condenado em cortes internacionais de direitos humanos por causa desses casos de violência. "O Brasil tem a imagem ruim pelo atraso da Justiça, da demora na solução dos processos", explica a ministra. O processo da Maria da Penha (vítima do marido em duas tentativas de homicídio) foi resolvido por interferência de um tribunal internacional.

A pressão internacional levou a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a se tornar uma das principais parceiras do programa Justiça Plena. Em 2011, para atender demandas de tribunais internacionais, a Secretaria solicitou uma investigação da Corregedoria Nacional para apurar responsabilidades pela demora no julgamento do processo de Maria da Penha.

19 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

4ª Turma limita condenação subsidiária de condomínio por dívida de construtora

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho limitou a responsabilidade subsidiária do Condomínio Edifício Seven Hills, no Paraná, pelos débitos trabalhistas devidos a ex-empregado da Construtora Pasini ao período em que o condomínio passou a administrar as obras de conclusão do prédio. No entender do colegiado, não seria justo condená-lo a pagar integralmente as dívidas salariais deixadas pela construtora, que falhou.

Em ação trabalhista movida por um ex-empregado da construtora, o juízo de primeira instância condenou solidariamente o condomínio a pagar os créditos trabalhistas deferidos por concluir que houve sucessão de empregadores no caso. O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) reformou, em parte, a sentença e declarou a responsabilidade subsidiária do condomínio, sem, contudo, alterar o período da condenação. De acordo com o TRT, o condomínio, ao negociar com a construtora sem resguardar os interesses dos trabalhadores, agiu com culpa.

No recurso de revista encaminhado ao TST, o condomínio pediu que a responsabilidade subsidiária a ele atribuída fosse limitada ao período de junho de 2005 a abril de 2006, quando passou a administrar a obra. Contou que, tendo em vista as dificuldades financeiras da construtora, os proprietários dos apartamentos dos edifícios Seven Hills e Vila de Valença concordaram em colocar mais dinheiro no negócio até a conclusão das obras para não perderem tudo que tinham gasto. Por consequência, passaram a remunerar diretamente fornecedores e empregados.

O relator, ministro Fernando Elzo Ono, deu razão ao condomínio por interpretar que a parte, de fato, não poderia ser responsabilizada pelos débitos salariais devidos pela construtora ao ex-empregado até o momento em que passou a administrar a obra. Desse modo, a Quarta Turma, em decisão unânime, afastou a responsabilidade subsidiária no período anterior a junho de 2005.

19 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Pagamento antecipado é 'descalabro', diz juiz

Integrante do Órgão Especial do TJ paulista, desembargador

Walter Guilherme critica desembolso 'sem justificativa plausível' a magistrados

'Antecipação a juiz é descabro'

O desembargador Walter Guilherme, do Tribunal de Justiça de São Paulo, chamou de "descalabro" pagamentos antecipados a juízes "sem justificativa plausível".

O desembargador Walter de Almeida Guilherme, que integra o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, classificou ontem de "descalabro" pagamentos antecipados a magistrados "sem justificativa plausível". O desabafo de Guilherme ocorreu durante a etapa administrativa da primeira sessão no ano do Órgão Especial da corte.

Os 25 desembargadores do colegiado deram início à análise dos polêmicos procedimentos sobre desembolsos a cinco colegas que receberam valores superiores a R\$ 600 mil no período entre 2008 e 2010.

A discussão foi retirada de pauta sob alegação de que, por causa das férias, a composição permanente do órgão está desfalcada e porque nem todos os contemplados apresentaram defesa.

Os pagamentos milionários são alvo de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Entidades de classe da toga se rebelam ao conselho.

Centenas de magistrados pleitearam nos últimos anos verbas que lhes são devidas por férias não cumpridas, equiparações e fator de atualização monetária, mas apenas um grupo seletivo recebeu. O clima na corte é tenso.

O presidente do TJ, desembargador Ivan Sartori, disse que "a questão merece atenção imedia-

ta não pelas notícias veiculadas pela mídia e sim pela pressão dos próprios colegas".

Vinte e nove magistrados receberam verbas milionárias, entre eles o ex-presidente do TJ, desembargador Roberto Vallim Bellocehi. Ele ficou com R\$ 1,6 milhão. Afirmou ter recebido "pouco mais de R\$ 500 mil".

O privilégio do qual poucos desfrutaram revoltou a grande maioria dos juízes que recebem seus créditos em longas parcelas mensais.

Na sessão de ontem seriam examinados os primeiros cinco casos, dos que receberam acima de R\$ 600 mil. O presidente do TJ consultou seus pares sobre instauração de procedimento cautelar ou se era o caso de se aguardar a defesa de cada um.

O desembargador Luiz Pantaleão votou pela aprovação de medida cautelar e outros dois, Campos Mello e Clauduro Padim, pela abertura da defesa prévia para providências posteriores. Por deliberação da maioria a questão foi retirada de pauta.

"O erário e a sociedade não são prejudicados porque os créditos são devidos, mas essa situação é muito desgastante para todos nós", assinala Walter Guilherme, veterano do TJ e reconhecido por sua atuação como presidente do Tribunal Regional Eleitoral, cargo que ocupou entre 2007 e 2011.

"A quebra de isonomia é um absurdo", avalia. "Todos recebendo normalmente, vem alguém e recebe muito mais. É preciso que seja justificado. Existem casos justificáveis, vamos ver as justificativas. É isso que precisamos saber. Certamente têm os casos justificáveis e pode

ter os não justificáveis. Se não houve justificativa é descabro, inaceitável."

"Temos que examinar caso a caso, pode ser que alguém tenha precisado, por doença grave na família", pondera. "Essas justificativas são plausíveis. Não havendo justificativa é favorecimento indevido, favorecimento injustificável."

Guilherme relata que existia uma boataria muito grande sobre pagamentos antecipados. "A gente sabia que existia, mas não sabia quantos e nem quem eram os favorecidos. Ouvia-se muito, sobre valores díspares. Agora temos um dado correto dos que foram citados e receberam acima de R\$ 600 mil."

• Reação

WALTER GUILHERME

DESEMBARGADOR DO TJ-SP

"Temos que examinar caso a caso, pode ser que alguém tenha precisado, por doença grave na família. Não havendo justificativa é favorecimento indevido, favorecimento injustificável"

19 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Desembargadora diz desconhecer servidor suspeito do TRT-RJ

Maria de Lourdes acusa presidente da OAB-RJ de fazer afirmações levianas sobre a existência de 'mais um Lataú' na corte

A desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-RJ), afirmou ontem não saber quem é o servidor que, segundo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), movimentou R\$ 282,9 milhões em 2002.

Ela acusou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio (OAB-RJ), Wadil Damous, de fazer afirmações "levianas e açodadas" ao dizer "tratar-se de dinheiro público", insinuar "haver no Tribunal 'mais um Lataú', referindo-se ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, do TRT de São Paulo", e ao cogitar "a possibilidade de haver correlação (da movimentação financeira) com o trágico incêndio ocorrido em 2002 na sede do TRT-RJ".

Segundo a desembargadora, que chegou a ficar com voz embargada e se esforçou para não chorar durante a entrevista coletiva, "as suspeitas lançadas pelo presidente da OAB-RJ atingiram quase 6.000 honrados e dedica-

dos servidores e magistrados, ativos e inativos" do Tribunal.

O Coaf divulgou anteriormente que um servidor do TRT-RJ movimentou R\$ 282,9 milhões em 2002. Não se sabe a origem desse dinheiro. Antes de se tornar servidor, ele teria sido um ex-doleiro e sócio de uma casa de câmbio. O homem chegou a ser preso durante uma operação realizada pela Polícia Federal.

Maria de Lourdes afirma que não cabe a ela, mas sim ao Ministério Público Federal, perguntar ao Coaf o nome do servidor. Por isso, ela encaminhou ontem ofício ao Coaf em que pergunta se, quando identificou a movimentação atípica, o órgão informou ao TRT-RJ. Ela também pediu ao Ministério Público que, caso ainda não esteja investigando o caso, comece a fazer isso.

"Não tenho conhecimento de nenhum funcionário do TRT-RJ que tenha sido preso desde 2002, nem o Tribunal foi comunicado sobre qualquer movimentação atípica", afirmou.

Cobrança. O presidente da OAB-RJ afirmou que não fez acusações genéricas, mas cobrou o fim do sigilo de informações que podem envolver dinheiro público. "Pode ser que não haja nenhuma irregularidade na movimentação do dinheiro por esse funcionário, mas é preciso vir a público e esclarecer", afirmou. "A presidente do TRT está em um momento infeliz, mas agir com falta de respeito e criar uma relação tensa com a OAB não ajuda em nada", disse.

A OAB-RJ também emitiu dois ofícios ontem: ao Coaf, pediu o nome e outras informações

sobre o servidor; ao Ministério Público Federal, solicitou a investigação do caso. "O TRT tomou providências semelhantes, mas só depois que a OAB-RJ apresentou suas medidas", disse.



Na defesa. Maria de Lourdes, do TRT-Rio: suspeitas 'atingem 6.000

honrados servidores'

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DOS LEITORES 19 JAN 2012

CRISE NO JUDICIÁRIO O CNJ e o lobby de juízes

O lobby de associações de magistrados e a pressão dos tribunais puseram abaixo iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de editar resolução para pôr fim à farra de desembolsos milionários para a toga. Em 2011, "pelo menos duas ou três vezes", sem êxito, o então conselheiro Ives Gandra da Silva Martins Filho levou a plenário uma proposta para disciplinar a liberação de pagamentos de verbas acumuladas. Mas o lobby de juízes impediu o CNJ de acabar com a farra das verbas milionárias. Gostem ou não, alguns magistrados e políticos estão mostrando toda a sua habilidade no momento de enfrentar uma pessoa honesta, determinada a cumprir as nossas leis, como está demonstrando ser a valente e exemplar ministra Eliana Calmon, detestada pelos corruptos e admirada pelos que trilham o caminho da honra e da justiça.

BENONE AUGUSTO DE PAIVA

benonepaiva@yahoo.com.br
São Paulo

DORA KRAMER

Venha a nós. Na entrevista do ministro do Tribunal Superior do Trabalho e ex-integrante do Conselho Nacional de Justiça, Ives Gandra Filho, publicada na edição de domingo do Estado, sobre a pressão de juízes contra a criação de critérios bem definidos para o pagamento de pagamentos acumulados a magistrados, um trecho mostra a amplitude dos lobbies.

É o relato sobre a situação encontrada pelo CNJ no Tribunal de Justiça de Mato Grosso: "A presidência era dominada por maçons, havia uma cooperativa ligada à maçonaria. Vários magistrados receberam (alguns R\$ 1,5 milhão) para emprestar à loja".

Duelo de titãs

Graças à imprensa livre, pode-se acompanhar o duelo de titãs do Judiciário. Que o bom senso prevaleça na tomada de decisões.

JOSÉ MILLEI

ejymillei@hotmail.com
São Paulo

Esperança

Em todos os países do mundo, uma das questões mais preocupantes da sociedade tem sido quem policia a polícia. No Brasil, é quem aplica a justiça aos Tribunais de Justiça. Felizmente, agora a sra. corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, traz enorme esperança a todas as pessoas honestas deste país. Portanto, força, ministra Eliana, não pare!

PAULO SÉRGIO P. GONÇALVES

ppecchio@terra.com.br
São Paulo

"Nos diversos setores da nossa sociedade, bem como no Judiciário, no Legislativo e no Executivo, há uma carência de cidadãos como a ministra Eliana Calmon"

CELSO XAVIER DA ROSA / ESTIVA (MG). SOBRE A CRISE DA JUSTIÇA
celsoxr@hotmail.com

"Ficar contra a ministra Eliana Calmon é altamente suspeito!"

GUSTAVO GUIMARÃES DA VEIGA / SÃO PAULO, IDEM
gjjveiga@hotmail.com

19 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

Rafinha Bastos é condenado a pagar R\$ 18 mil por piada com Wanessa Camargo

GEH/SE ANDRADE/AG-3/5/2011

O comediante Rafinha Bastos foi condenado pela Justiça a indenizar em 30 salários mínimos (R\$ 18.660) a cantora Wanessa Camargo, o marido dela, Marcus Buaiz, e o filho do casal, Jose Marcus, por causa de uma piada feita no programa CQC em setembro de 2011.

O juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira afirmou que o comediante cometeu "absurda ofensa realizada contra criança por nascer". Quando Wanessa estava grávida, Rafinha disse que transaria com ela e com o bebê.



A advogada de Rafinha, Thais Colli, informou que vai recorrer da decisão. O comediante não se manifestou. No perfil dele do Twitter, porém, brincou com a situação e escreveu: "Status: Ocupado. Juntando moedas".

POLÊMICA

MPF quer que 'BBB' fale de direitos da mulher

O Ministério Público Federal de São Paulo vai apurar a divulgação pela TV Globo de uma possível cena de estupro no *Big Brother Brasil*. A investigação, que não é criminal, visa a garantir que a Globo "não contribua para o processo de estigmatização da mulher". O MPF pode exigir que a emissora transmita durante o *BBB* esclarecimentos sobre direitos da mulher. Há duas edições do programa, o MPF exigiu que a emissora falasse sobre formas de transmissão da Aids após conversa sobre o tema entre os participantes.

SOROCABA

Motorista que matou idoso não obtém fiança

Acusado de atropelar e matar um idoso de 82 anos e fugir sem prestar socorro, anteontem em Sorocaba, o empresário Edson Felipe Almeida de Oliveira, de 23 anos, foi preso e teve pedido de fiança negado. Ele dirigia sem habilitação e acima da velocidade permitida e foi autuado por homicídio culposo. Câmera de uma loja flagrou o acidente. As imagens mostram a picape de Oliveira em alta velocidade atingindo o aposentado Israel de Oliveira Alves, que atravessava uma avenida. O corpo foi arremessado e caiu na outra pista.

TRIBUNA DO PARANÁ

Pensão 19 JAN 2012

Cadeia para a mulher

Separação informal se transforma em processo na Vara de Família e juíza determina prisão de dona de mercado, que continuava a sustentar a filha

A pesar de sustentar e oferecer à filha, de 10 anos, condições necessárias para uma vida saudável e tranquila, uma empresária foi presa por não pagar pensão alimentícia ao ex-companheiro. O caso aconteceu em Araucária e foi provocado porque, em fevereiro do ano passado, foram concedidos ao pai da garota a tutela antecipada e a pensão para a filha. Como a mãe nunca fez o pagamento, a Justiça determinou sua prisão, efetuada na terça-feira.

Após 12 anos de relacionamento, o casal se separou em 2010. Porém, como eles não eram casados "no papel", na época da separação não houve determinação de quem ficaria com a guarda da criança. A mãe mora no Tatuquara, onde tem um mercado, e ficava com a criança alguns dias. Nos outros dias, a garota ficava com a avó paterna, em Araucária.

Pedido

Em janeiro do ano passado, o pai entrou com ação de dissolução de união estável, com pedido de tutela antecipada e pensão alimentícia para a filha. A pensão foi estipulada em dois salários mínimos mensais, porém, como sustentava a criança, a mãe não se preocupou em pagá-la. "O pai alertou a juíza, que determinou a prisão por 30 dias", afirmou o delegado Haroldo Davison, da delegacia local.

A dívida já passa de R\$ 13 mil. Mesmo que a mãe apresente notas fiscais das despesas da menina, os documentos não podem substituir o pagamento formal da pensão. Segundo a advogada da comerciante, Marli Jankoski, a família já está se mobilizando para quitar a dívida. A mãe permanece presa no Centro de Triagem I, no centro de Curitiba.

Comunicação

Para a mestre em Direito de Família e professora do Unicuriúba, Marília Pedroso Xavier, a situação poderia ter sido evitada se houvesse mais comunicação no processo de separação. "Em uma ação de pensão alimentícia, sempre que houver qualquer mudança na situação dos envolvidos, a Justiça deve ser informada para que haja um pedido de revisão da pensão", alerta. Os nomes dos envolvidos no caso foram preservados para não expor a criança.

19 JAN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ
Trânsito

MP de olho na Setran

Promotoria questiona dispensa de concurso público de agentes lotados na secretaria. Procedimento está aberto com pedido de informações

O aproveitamento de 400 agentes de trânsito da extinta Diretran pela recém-criada Secretaria Municipal de Trânsito (Setran) será alvo de investigação do Ministério Público do Paraná (MP-PR). De acordo com o órgão, a Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba já abriu procedimento e solicitou informações à prefeitura, que deve se manifestar no prazo de 20 dias. O principal questionamento do promotor Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca gira em torno da dispensa de processo seletivo para os agentes, servidores públicos lotados agora na Setran. De acordo com ele, a secretaria, por ser órgão da administração direta, deve prover cargos mediante concurso público. A Diretran, órgão ao qual os agentes estavam vinculados como celetistas anteriormente, era uma empresa de economia mista.

Para o secretário municipal de Trânsito, Marcelo Araújo, a prefeitura não tem motivos para ter receio em relação a essa investigação.

Transferência

Segundo o secretário, a fundamentação jurídica que será apresentada pela Procuradoria ao MP-PR deve demonstrar que não há empecilho para a transferência dos agentes da Diretran para a Setran. "Por meio de informações objetivas, claras, transparentes e fundamentadas legalmente, vamos demonstrar que houve concurso público para contratação desses agentes, que atuavam num órgão de trânsito. Nenhum deles mudará de atividade, continuando a exercer a função de agente de trânsito, e todos os compromissos do concurso serão honrados", explica Araújo.

19 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

Nepotismo

O Tribunal de Justiça (TJ-PR) manteve decisão da 2ª Vara Cível de Maringá que condenou quatro vereadores e cinco ex-vereadores da cidade por nepotismo, com a contratação de parentes para cargos em comissão na Câmara local. Os condenados foram os vereadores Belino Bravin Filho (PP); Aparecido Domingos Regini, o Zebrão (PP); Marly Martin Silva (PPL); e João Alves Correa (PMDB). Também foram condenados os ex-vereadores Dorival Dias, atualmente na chefia do Procon; a secretária de Educação do município, Edith Dias de Carvalho; Odair Fogueteiro; Altamir Antônio dos Santos e Francisco Gomes dos Santos.

JUSTIÇA ELEITORAL

12,8

MIL

atendimentos foram feitos ontem no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Foram feitas 1.002.589 revisões até ontem. Com isso, faltam 2.624 recadastramentos para que o TRE atinja a meta mínima de 80% de revisões, o que deve acontecer hoje.

O destino dos agentes

A Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba instaurou procedimento investigatório para apurar o aproveitamento de 400 agentes de trânsito da extinta Diretran pela recém-criada Secretaria Municipal de Trânsito de Curitiba (Setran). O promotor de Justiça Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca, responsável pelo caso, já solicitou informações à nova Secretaria para que explique a dispensa de concurso público para a contratação dos agentes. A Setran terá 20 dias a partir do recebimento do pedido, encaminhado ontem, para prestar as informações. Ao que tudo indica, a transferência contou com aval da Justiça do Trabalho.

19 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

MP denuncia nove por desvio de

R\$ 8 MILHÕES NO SINDIMOC

Lista inclui vereador Denilson Pires e ex-vereador Valdenir Dias,
acusados de peculato e formação de quadrilha

O Ministério Público do Paraná, através do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), denunciou à Justiça, nove ex-diretores e funcionários do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc), por desvio de mais de R\$ 8 milhões, além de um cartorário acusado de ter elaborado escrituras com declarações falsas. A lista inclui o vereador e ex-presidente do Sindimoc, Denilson Pires (DEM), e o ex-vereador e advogado da entidade, Valdenir Dias.

Os dois são acusados - junto com o ex-diretor financeiro, Valdecir Bolete; a então tesoureira, Ana Ilíbia Grein; o funcionário da sede social, Márcio Ramos; e o primeiro secretário e diretor, João Carlos da Rosa - por formação de quadrilha. Os quatro primeiros também devem responder por peculato. Márcio Ramos e João Carlos da Rosa, e, ainda,

Pedro Paulo de Macedo da Costa Lino - que era chefe de gabinete de Denilson Pires - Nereide de Fátima Butinhoni, assessora do ex-presidente, e o cartorário Denis Kadri Jorge, foram denunciados por falso testemunho.

De acordo com a denúncia do MP, os desvios teriam ocorrido até agosto de 2010, quando foram cumpridos mandados de prisão temporária contra Denilson Pires, Valdenir Dias, Valdecir Bolete e Márcio Ramos. O documento aponta que entre 2006 e 2010, o presidente, o advogado, o diretor financeiro e a tesoureira teriam participado de um desvio de mais de R\$ R\$ 8.125.643,85 da entidade. Auditoria realizada nas contas do sindicato teria apontado que o dinheiro foi gasto em despesas com manutenção e abastecimento de veículos particulares, em lojas de conveniência, com notas fiscais inexistentes, assessoria jurídica, cirurgia particular, despesas com alimentação sem com-

provação, pagamentos de contas pessoais e adiantamentos, além da não contabilização de receitas.

Cartório — Segundo a promotora, entre janeiro e fevereiro de 2011, Márcio e Nereide Ramos, João Carlos da Rosa e Pedro Paulo de Macedo da Costa Lino teriam prometido a duas pessoas cargos em outro sindicato (SINMOTUR), além de ajuda financeira a um deles, para que mudassem declarações feitas à Procuradoria do Trabalho, a fim de favorecer o advogado, o presidente, o diretor financeiro, a tesoureira, o funcionário da sede social e o primeiro secretário em futura ação penal. As novas declarações foram registradas em cartório perante o escrivão Denis Kadri Jorge. Segundo o MP, o cartorário tinha pleno conhecimento de que a declaração era falsa.

Pires, que chegou a ser preso em 2010 e liberado em seguida, negou as acusações. "Tenho minha consciência tranquila", disse, afirmando que vai se defender na Justiça.

19 JAN 2012

CNJ JORNAL DO ESTADO

TRT não sabe sobre R\$ 282,9 mi

A desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ), disse ontem não saber quem é o servidor que, segundo o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), movimentou R\$ 282,9 milhões em 2002. Ela acusou o presidente da Seccional Rio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Wadih Damous, de fazer afirmações "levianas e açodadas" ao dizer "tratar-se de dinheiro público", insinuar "haver no Tribunal 'mais um lalau', referindo-se ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, do TRT de São Paulo", e ao cogitar "a possibilidade de haver correlação (da movimentação financeira) com o trágico incêndio ocorrido em 2002 na sede do TRT-RJ".

Segundo a desembargadora, que chegou a ficar com

voz embargada e se esforçou para não chorar durante encontro com jornalistas, "as suspeitas lançadas pelo presidente da OAB-RJ atingiram quase 6.000 honrados e dedicados servidores e magistrados, ativos e inativos", do Tribunal. O Coaf divulgou ontem que um servidor do TRT-RJ movimentou R\$ 282,9 milhões em 2002. Não se sabe a origem desse dinheiro. Antes de se tornar servidor da Justiça do Trabalho, ele teria sido um ex-dólar e sócio de uma casa de câmbio. O homem chegou a ser preso durante uma operação realizada pela Polícia Federal.

Maria de Lourdes afirma que não cabe a ela, mas sim ao Ministério Público Federal, perguntar ao Coaf o nome do servidor. Por isso, ela encaminhou hoje ofício ao Coaf em que pergunta se, quando identificou a movimentação atípica, o órgão in-

formou ao TRT-RJ. Maria de Lourdes também enviou ofício ao Ministério Público Federal pedindo que, caso ainda não esteja investigando o caso, comece a fazer isso imediatamente. "Não tenho conhecimento de nenhum funcionário do TRT-RJ que tenha sido preso desde 2002, nem o Tribunal foi comunicado sobre qualquer movimentação atípica (de dinheiro por seus funcionários)", afirmou Maria de Lourdes, que não pretende tomar qualquer medida judicial contra Damous.

O presidente da OAB-RJ afirmou que não fez acusações genéricas, mas cobrou o fim do sigilo de informações que podem envolver dinheiro público. "Pode ser que não haja nenhuma irregularidade na movimentação do dinheiro por esse funcionário, mas é preciso vir a público e esclarecer", afirmou.